

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE HISTÓRIA LICENCIATURA

JOÃO PEDRO ROBAINO MARQUES DE MORAES

OUTRA ECONOMIA ACONTECE:
O CASO DO PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA NA
GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA EM SANTA MARIA-RS DE 1987
A 2023

Santa Maria, RS
2023

João Pedro Robaino Marques de Moraes

OUTRA ECONOMIA ACONTECE:
O CASO DO PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA NA
GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA EM SANTA MARIA-RS DE 1987
A 2023

Trabalho de Conclusão de Graduação,
apresentado ao Curso de História –
Licenciatura da Universidade Federal de
Santa Maria (UFSM, RS), como requisito
parcial para obtenção do grau de Licenciado
em História.

Orientador: Diorge Alceno Konrad

Santa Maria, RS, Brasil

2023

MORAES, J. P.

OUTRA ECONOMIA ACONTECE:

O CASO DO PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA NA GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA EM SANTA MARIA-RS DE 1987 A 2023. /João Pedro Robaino Marques de Moraes. – 2023. 46 f.; 30 cm

Orientador: Diorge Alceno Konrad

Trabalho de Graduação (História Licenciatura) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de História, Curso de História – Licenciatura, RS, 2023.

1. Economia Solidária 2. Geração de trabalho e renda 3. Agricultura Familiar 4. Santa Maria. 5. Projeto Esperança

I. Konrad, Diorge Alceno. II. Título.

Declaro, João Pedro Robaino Marques de Moraes, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste Trabalho de Conclusão de curso (Graduação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.



Atribuição-NãoComercial 3.0 Brasil (CC BY-NC 3.0 BR)

OUTRA ECONOMIA ACONTECE:
O CASO DO PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA NA GERAÇÃO DE
TRABALHO E RENDA EM SANTA MARIA-RS DE 1987 A 2023

Trabalho de Conclusão de Graduação
apresentado ao Curso de História –
Licenciatura da Universidade Federal de
Santa Maria (UFSM, RS), como requisito
parcial para obtenção do grau de Licenciado
em História.

Aprovado em 13 de janeiro de 2023

Comissão Examinadora

Diorge Alceno Konrad, Dr.
(Presidente/Orientador)

Rita Inês Paetzhold Pauli, Dr^a. (Economia - UFSM)
Examinadora

Alan Patrik Buzatti, Me. (Colégio Estadual Professora Edna May Cardoso)
Examinador

Santa Maria, RS, Brasil
2023

AGRADECIMENTOS

Não há espaço nessa seção para todos os merecedores de agradecimentos, mas devo elencar aqueles que foram essenciais, sem os quais eu jamais chegaria onde me encontro.

Agradeço à minha mãe Ana Zelindra (*In Memoriam*), por me dar à luz e ser sempre tão terna em seus ensinamentos, os quais carregarei para sempre junto à sua memória.

Agradeço à minha mãe e meu pai, Eliane e Pedro Jorge, por serem meu suporte emocional tantas vezes e incentivar meus estudos.

Agradeço à minha companheira, Caroline Moraes, por ter sido a minha estrela-guia nessa jornada, meu pilar mor, colega de feira e companheira na luta por um mundo justo.

Agradeço aos meus avós, Celir e Potenciano, por incentivarem meus estudos mesmo quando quis abandonar.

Agradeço ao Curso de História, professores e colegas, pelos debates e leituras tantas vezes construtivos.

Agradeço ao meu orientador, Diorge Konrad, pelo apoio na pesquisa e pela incrível paciência ao me orientar.

Agradeço aos colegas do Projeto Esperança/COOESPERANÇA, em especial aos que cederam seu tempo e memórias para a construção desta monografia, por mostrarem que outro mundo é possível e outra economia já está sendo feita.

Agradeço em especial à organização do projeto, José Carlos Peranconi, Carmen Possebon e Begair do Carmo, por se apresentarem tão solícitos e me ajudarem sempre que foi preciso.

Agradeço por fim, a todos aqueles que trabalham diariamente para que a Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, seja um espaço plural e de referência mundial em ensino público de qualidade.

“Você é um operário da cidade
E lá na terra eu sou um agricultor
E embora explorados, cada qual
No seu ofício é um trabalhador

Vamos unir nossas forças, companheiro
E organizados acabar co'a exploração
Você na indústria e eu na roça somos fortes
Mas pra vencermos é preciso darmos as mãos”

(Antonio Gringo. O Agricultor e o Operário.)

RESUMO

OUTRA ECONOMIA ACONTECE:

O CASO DO PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA NA GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA EM SANTA MARIA-RS DE 1987 A 2023

Autor: João Pedro Robaino Marques de Moraes

Orientador: Prof. Dr. Diorge Alceno Konrad

O Projeto Esperança representa um importante episódio na História da Economia Popular Solidária Brasileira. Em 2023, completa 35 anos de atividade. Esta pesquisa está centrada em analisar a importância da Economia Popular Solidária sobre a Geração de Trabalho e Renda para pequenos agricultores associados à COOESPERANÇA. Sobre o objetivo geral, espera-se ampliar o entendimento historiográfico sobre o impacto do Projeto Esperança no enfrentamento aos efeitos econômicos e sociais decorrentes da conjuntura econômica brasileira dos anos 1980 e 1990. Nominalmente, efeitos como desemprego, expulsão do campo e exclusão social, ainda que sejam elementos permanentes no capitalismo, foram intensificados no período temporal referido. Pretende-se, neste estudo, identificar e destacar elementos que demonstrem a relevância do projeto para a Geração de Trabalho e Renda dos feirantes, com foco nos agricultores; quanto aos impactos na produção, abordar a introdução à agroecologia e comércio direto. A geração de renda possui relação direta com a qualidade de vida do trabalhador e, tratando-se de uma dinâmica de produção e comercialização não-capitalistas, é também objetivo deste estudo investigar o aumento na qualidade de vida do sujeito inserido na Economia Solidária. Para a obtenção de resultados mais abrangentes, metodologicamente, optou-se por investigar os documentos presentes no acervo do Projeto, relatos orais e bibliografia sobre o Projeto Esperança/COOESPERANÇA, a fim de, através dessa variedade de fontes consultadas, obter um resultado que permita um campo de visão mais amplo sobre os impactos da Economia Solidária. A possibilidade de pesquisa histórica nessa temática é realmente vasta e inexplorada, devendo ser investigadas as origens da Economia Solidária para melhor compreender essas dinâmicas. Cabe ao historiador explorar as condições que favoreceram a classe trabalhadora a lutar por uma economia pautada em autogestão, solidariedade e qualidade de vida, que promove a organização coletiva para resistir ao capitalismo enquanto trabalhadores autônomos e sujeitos da própria história.

Palavras-chave: Economia Solidária; Geração de Trabalho e Renda; Agricultura Familiar; Santa Maria.

ABSTRACT

ANOTHER ECONOMY HAPPENS:

THE CASE OF PROJECT ESPERANÇA/COOESPERANÇA IN THE GENERATION OF WORK AND INCOME IN SANTA MARIA-RS FROM 1987 TO 2023

Author: João Pedro Robaino Marques de Moraes

Advisor: Prof. Dr. Diorge Alceno Konrad

Project Esperança represents an important episode in the History of the Brazilian Popular Solidarity Economy. In 2023, it completes 35 years of activity. This research is focused on analyzing the importance of the Popular Solidarity Economy on the generation of work and income for small farmers associated to COOESPERANÇA. Concerning the general objective, it is expected to broaden the historiographical understanding of the impact of Project Esperança in confronting the economic and social effects resulting from the Brazilian economic situation of the 1980s and 1990s. Namely, effects such as unemployment, rural exodus, and social exclusion, despite being permanent elements in capitalism, were intensified in the aforementioned time period. This study intends to identify and highlight elements that demonstrate the relevance of the project for the generation of work and income of the workers on the fair, with focus on farmers; as for the impacts on production, to emphasize the introduction of agroecology and direct trade. Income generation is directly related to workers' quality of life, and since it is a dynamic of non-capitalist production and commercialization, it is also the objective of this study to investigate the increase in the quality of life of the people involved in the Solidarity Economy. To obtain more comprehensive results, methodologically, it was chosen to investigate the documents present in the collection of the project, oral reports and bibliography about Project Esperança/COOESPERANÇA, in order to achieve, through this variety of sources consulted, a result that allows a broader perspective of the impacts of the Solidarity Economy. The possibility of historical research in this theme is really vast and unexplored; the origins of the Solidarity Economy must be investigated so as to better understand these dynamics. It is up to the historian to explore the conditions that favored the working class to fight for an economy based on self-management, solidarity, and quality of life, which promote collective organization to resist capitalism as autonomous workers and subjects of their own history.

Keywords: Solidarity Economy; Generation of Work and Income; Family Farming; Santa Maria.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Logo do Projeto Esperança/COOESPERANÇA.....	14
Figura 2 - A arqueologia da Economia Solidária	18
Figura 3 - Produção vegetal e área colhida dos estabelecimentos agropecuários, por tipo de produção vegetal em toneladas. Intervalo entre 1970 - 2017.....	21
Figura 4 - Produção de Soja por COREDE, média entre 2004 - 2006.....	21
Figura 5 - Quantidade produzida em (t) Lavoura Temporária no COREDE Central	23
Figura 6 - Empreendimento de ES formalizados em cada ano	31
Figura 7 - Folha do Sul (RS), Caxias do Sul, Edição n. 00195, 2001	33
Figura 8 - O Pioneiro (RS), Caxias do Sul, Edição 07838, 2001	34
Figura 9 - O Pioneiro (RS), Caxias do Sul, Edição 07838, 2001	34
Figura 10 - Localidade dos feirantes entrevistados no Projeto Esperança/COOESPERANÇA	39

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABONG	Associação Brasileira de ONGs
ATTAC	<i>Association pour la Taxation des Transactions pour l'Action Citoyenne</i>
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONCRAB	Conferência das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
CPA	Cooperativa de Produção Agropecuária
COREDE	Conselho Regional de Desenvolvimento
CPS	Cooperativa de Prestação de Serviço
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Econômicos
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
EMATER - RS	Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EP	Economia Popular
EPS	Economia Popular Solidária
ES	Economia Solidária
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FEICOOP	Feira do Cooperativismo
FSM	Fórum Social Mundial
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFFAR	Instituto Federal Farroupilha
IPLAN	Instituto de Planejamento de Santa Maria
ITCP	Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra
ONG	Organização Não-Governamental
PAC	Projeto Alternativos Comunitários
PNES	Plenária Nacional da Economia Solidária
PRONAF	Projeto Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PT	Partido dos Trabalhadores
SCA	Sistema Cooperativista dos Assentados
SENAES	Secretaria Nacional da Economia Solidária
SIES	Sistema de Informações em Economia Solidária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
1.1. ECONOMIA SOLIDÁRIA E/OU POPULAR: DIFERENCIAÇÕES E CONJUNÇÕES CONCEITUAIS E PRÁTICAS.....	15
1.2. AGRICULTURA FAMILIAR.....	18
2. RESSURGIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	26
3. OS RELATOS SOBRE O PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA	35
4. CONCLUSÕES E RESULTADOS	40
REFERÊNCIAS	42

INTRODUÇÃO

A reestruturação produtiva do modo de produção capitalista, durante a III Revolução Industrial, deixa um rastro de desemprego e miséria. Os empregados menos qualificados são dispensados e trocados por máquinas, ocorre a falência de empresas por conjunturas econômicas desfavoráveis, as Teses de Washington são aplicadas em toda América Latina.

Para Goerck (2005, p. 3):

A Terceira Revolução Industrial é alicerçada pela transição dos modelos de produção, Taylorista, ao Toyotismo, que é caracterizado por novas formas de produção, pela revolução microeletrônica, pelo surgimento de novos tipos de automação, robótica e mecanização.

Nesse contexto, em Santa Maria, surge o Projeto Esperança, fundado em 15 de agosto de 1987, por dom Ivo Lorscheiter, em conjunto com a diocese de Santa Maria e a Cáritas regional, através dos fundos do Banco da Esperança, com apoio de outras instituições. Entre elas devem ser citados a *MISEREOR/KZE* - Alemanha¹; a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), o Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul (EMATER - RS) e o poder público municipal.

Desde a fundação o projeto teve por objetivo congregiar empreendimentos urbanos e rurais, organiza oficinas e minicursos para confecção de produtos comercializáveis, os quais no início desempenharam papel significativo para a expansão, envolvia por exemplo artesanatos como pintura e bordado, panificação e confecção de cuias a partir de porongos. A COOESPERANÇA é a Cooperativa Mista de Produtores Urbanos e Rurais. Apesar da heterogeneidade esta monografia tem como foco os agricultores familiares associados ao projeto.

A iniciativa faz parte dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs), os quais podem ser melhor entendidos através de Bertucci e Silva (2003):

Os PACs têm sua história ligada à busca de alternativas de sobrevivência a partir de atividades produtivas e de consumo na perspectiva de organização de grupos que, solidariamente, perseguem sua autonomia e dignidade e lutam contra a dependência criada pelo assistencialismo.

A chegada de Dom Ivo Lorscheiter a Santa Maria marca um novo modelo de Igreja para Santa Maria, haja vista que seus laços estreitos com Dom Helder Câmara o influenciam a adotar uma visão preocupada com a realidade socioeconômica e

¹ Entidade católica da Alemanha que financia projetos de assistencialismo no Hemisfério Sul.

buscar melhores condições de vida. Inspirado no Banco da Providência² do Rio de Janeiro, em Santa Maria, inicia o Banco da Esperança nos mesmos moldes da Feira da Providência, através da Feira da Primavera, de onde são arrecadados fundos para a criação do Banco da Esperança (ICAZA; FREITAS. 2006, p. 35).

O bispo parte da leitura e estudo do livro *A pobreza, riqueza dos povos*, do escritor beninense Albert Tévoédjre, para, junto com as Cáritas do Brasil, lançar os PACs, iniciando as discussões, em 1982, e propondo os projetos comunitários, em 1984. Tentando afastar-se do assistencialismo da Igreja Católica, os projetos comunitários oferecem oficinas à população desassistida, no intento de ensinar um ofício para gerar renda às famílias, contribuindo também com canais de comercialização dos produtos criados.

A partir do momento em que a direção do Banco da Esperança é assumida pelas religiosas da Congregação Filhas do Amor Divino, em 1987, cabe à Irmã Lourdes Dill a coordenação do Projeto Esperança, na época, ainda sem a Cooperativa, sendo figura fundamental desde o início (ICAZA; FREITAS. 2006, p. 43). Segundo relato de entrevistado, apresentado em Balbinot (2007, p. 128):

Quem carregou o barco foi sempre a Irmã Lourdes. Ela foi e ainda é a peça fundamental, pela sua forma de atuar, congregar, respeitar e valorizar o pessoal que lá trabalha. Foi ela que fez o projeto andar e cuidou esmeradamente de todo o processo de condução.

Gradualmente, os PACs são reformulados de maneira a ficarem mais alinhados com o cooperativismo, mas com o diferencial da solidariedade e da autogestão. Segundo Pauli. Becker e Rosa (2017), o livro de Tévoédjre explora uma possibilidade de sociedade na qual a solidariedade e a iniciativa fortaleçam o espírito comunitário em torno do enriquecimento coletivo, relações econômicas lastreadas na solidariedade e na busca do equilíbrio ambiental

Segundo Antunes, “nesse início do século XXI, as classes que vivem do trabalho sofrem a sua mais aguda crise que atingiu sua subjetividade, sua materialidade e sua forma de ser” (*apud* GOERCK, 2005, p. 2). Estes efeitos são sentidos no cotidiano da classe trabalhadora. No cenário dos anos 1980 e 1990, que persiste na transição do século XXI, o Brasil e o Rio Grande do Sul apresentam elevação nos índices de

² Criado em 1959, por Dom Hélder Câmara, a organização recebe o nome de “Banco” em função de que a população em situação de vulnerabilidade social não tem acesso aos bancos do sistema financeiro. Nasce o Banco da Providência com a missão de contribuir para uma sociedade igualitária, em que mesmos os mais vulneráveis tivessem “um banco” para chamar de seu. Assim, ao longo de mais de meio século é uma referência no atendimento às demandas sociais. Diante de tanta procura, surge, também, a preocupação de arrecadar os recursos suficientes para fazer frente às necessidades das pessoas atendidas. A partir daí, em dezembro de 1959, acontece a primeira ação que dá origem. à tradicional Feira da Providência”. Cf. BANCO DA PROVIDÊNCIA. Disponível em: <<https://www.bancodaprovidencia.org.br/quemsomos>>. Acesso em: 26 jan. 2023.

desemprego, intensificando-se a miséria no campo pela falta de acesso a canais de comercialização, resultando num crescente número de produtores que passam a ser trabalhadores rurais assalariados, bem como na enxurrada de produtos distantes nas prateleiras de supermercados em detrimento da produção local, ocasionando a precarização da condição financeira e a busca por outras oportunidades.

Antes de propriamente introduzir a problemática da pesquisa, deve-se estabelecer que a EPS é entendida pelo autor de forma a configurar um novo modo de produção e nem superar o modo de produção capitalista. Aqui, compartilho da posição de Cornelian (2006): "(...) não é modo de produção algum, mas sim, vertente do modo de produção capitalista, ou na melhor das hipóteses, estrutura organizacional dissidente do modo de produção hegemônico".

Ela surgiu como uma das reações da classe trabalhadora aos efeitos sofridos pela reestruturação produtiva do capital, no contexto da III Revolução Industrial. Na intenção de amenizar esses efeitos, surgem associações populares, empresas recuperadas, cooperativas autogestionárias e solidárias.

Este trabalho tenta, através de bibliografia e relatos orais, compreender se, de fato, houve esta mudança e como ela foi percebida por eles, já que comercializam semanalmente no Terminal de Comercialização Dom Ivo Lorscheiter, aos sábados no período matutino, interessando responder o que motivou esses associados a permanecer no Projeto Esperança/COOESPERANÇA, após tanto tempo, mesmo com uma rotatividade alta na entrada e saída de associados do Projeto.

A justificativa deste estudo divide-se, elementarmente, em dois eixos: um, de natureza científica; outro, de interesse pessoal.

O Projeto Esperança/COOESPERANÇA é objeto de estudo nos mais variados campos da pesquisa acadêmica, dentro e fora de Santa Maria, os quais reconhecem a importância heterogênea do Projeto. Algumas obras buscam recuperar as origens, no final dos anos 1987 e durante a década de 1990, mas sem, necessariamente, obedecer a rigorosidade praticada pelo historiador, no que se refere à crítica da fonte, até porque não são trabalhos que se pretendem como estudo sistemático de um período temporal, através da crítica às fontes, alicerçada em teorias e tradições historiográficas.

O enfoque em empreendimentos organizados por agricultores familiares se deve ao cenário de avanço do agronegócio, no período 1980-2000, e os seminários de formação do projeto a fim de incentivar o cultivo orgânico e o abandono das culturas do fumo e do arroz.

O segundo eixo é quanto ao envolvimento pessoal do autor, desde 2020, quando conhece a EPS e o Projeto Esperança/COOESPERANÇA, através da 28ª Feira Do Cooperativismo (FEICOOOP), quando atua como feirante. A partir de tal momento, busca conhecer melhor a dinâmica e aprofundar-se no assunto, em âmbito acadêmico. O interesse em produção agropecuária é reflexo direto da formação, ainda em andamento, em nível técnico em Agropecuária, a qual deriva de uma trajetória de vida que é, em muitos pontos, interseccionada com a vivência rural.

Este trabalho atua na tentativa de mostrar a EPS como um tema a ser pesquisado, através da ótica e de ferramentas historiográficas. Ampliando a compreensão do impacto do Projeto Esperança, ao amenizar os efeitos do desemprego e da dificuldade dos agricultores locais em comercializar e manter a produção agropecuária, as quais ocasionam em expulsão do campo e exclusão social.

Especificamente, espera-se identificar e destacar como estar inserido no projeto altera a Geração de Trabalho e Renda. Através disso, entender melhor o incremento na qualidade de vida, ao participar do Projeto Esperança/COOESPERANÇA, torna-se central para esta monografia.

Adota-se, aqui, uma perspectiva teórica da história do tempo presente, perspectivando a História em processo, analisando relatos, através de fontes orais e da micro-história enquanto técnicas, complementadas por fontes impressas.

Figura 1 - Logo do Projeto Esperança/COOESPERANÇA



Fonte: Instituto Paul Singer. Disponível em: <<https://institutopaulsinger.org.br/o-instituto/parceiros/>>. Acesso em: 7 nov. 2023.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A base teórica desta monografia está assentada sobre os seguintes eixos: a separação e conceituação do que se pode entender como Economia Solidária, a Economia Popular e o cruzamento de ambas, bem como as especificidades da Geração de Trabalho e Renda nesses sistemas, além da caracterização do que se entende como Agricultura Familiar e os impactos decorrentes ao inserir-se na Economia Popular Solidária.

1.1. ECONOMIA SOLIDÁRIA E/OU POPULAR: DIFERENCIAÇÕES E CONJUNÇÕES CONCEITUAIS E PRÁTICAS

Por serem conceitos comumente compreendidos como designando o mesmo fenômeno, é necessário que seja feita aqui uma distinção entre ambos, a fim de evitar confusão entre os termos. A diferença entre elas vai além da mera nomenclatura. Ainda que ambas se cruzam e apresentem produção e relações de trabalho não inseridas no mercado de trabalho, a Economia Popular designa um fenômeno muito mais abrangente.

Falamos aqui de fenômenos que partilham de uma mesma natureza, juntamente com outras práticas econômicas de Geração de Trabalho e Renda, formando, dentro do capitalismo, uma outra economia.

Para Icaza e Tiriba (2009, p. 150), ela “diz respeito às estratégias populares de trabalho e sobrevivência, entendidas como a arte de criar condições favoráveis para a satisfação das necessidades humanas, tanto materiais como imateriais”. Podemos, ainda, perceber o caráter heterogêneo da Economia Popular. Como defende Hespanha (2011, p. 208), existem três divisões quanto à racionalidade econômica:

Um primeiro grupo integrado numa lógica econômica de economia doméstica, pequena produção autônoma cuja racionalidade assentada em maximização do bem-estar e reprodução econômica do grupo; outro grupo segue pela maximização do lucro, não confundindo esfera dos negócios com familiar.

O autor situa um terceiro grupo no meio do caminho, designado como *individualismo possessivo*, em que “se difere do primeiro, pela motivação sendo de êxito individual, e do segundo, pela sobreposição de objetivos de caráter familiar, em detrimento da acumulação de capital”. Hespanha coloca ainda um quarto grupo que são os microempreendimentos populares associativos, que “se diferenciam dos restantes por serem resultado da mobilização coletiva”.

A Economia Popular é a solução encontrada através dos séculos pelos trabalhadores no enfrentamento à exclusão e à miséria, criadas pelas relações de trabalho no capitalismo. Observa-se, então, muitas vezes, uma maneira individualista de superar o desemprego e a baixa renda, utilizando a própria mão de obra ou a familiar para a Geração de Trabalho e Renda, na garantia de melhores condições financeiras e qualidade de vida.

Um dos principais aspectos encontrados na diferenciação entre Economia Popular e Economia Solidária está assentado na centralidade de conceitos como democracia e autogestão, enquanto elementos *sine qua non* para o reconhecimento enquanto Economia Solidária.

Ainda mais vital é a solidariedade. Sobre isso Laville e Gaiger (2009, p. 162) escrevem:

Essas atividades apresentam em comum a primazia da solidariedade sobre o interesse individual e o ganho material, o que se expressa mediante a socialização dos recursos produtivos e a adoção de critérios igualitários. (...) A solidariedade é promovida entre os membros dessas iniciativas, que estabelecem entre si um vínculo social de reciprocidade como fundamento de suas relações de cooperação.

A origem do que podemos entender enquanto Economia Solidária (ES) tem suas raízes em um período temporal mais concentrado em relação à Economia Popular. Singer (2002, p. 24) aponta seu surgimento pouco depois do capitalismo industrial na Grã-Bretanha, momento em que “a exploração do trabalho nas fábricas não tinha limites legais e ameaçava a reprodução biológica do proletariado”. Nesse contexto, Robert Owen³ é o pioneiro de uma economia alternativa à capitalista, em que o lucro deixa de ser prioridade e abre lugar para a centralidade do trabalho e do bem-estar.

³ Robert Owen (1771-1858) Proprietário de indústria têxtil, foi um dos principais expoentes do que foi conhecido posteriormente como Socialismo Utópico. Ganhou notoriedade, inclusive, entre seus pares, ao promover condições mais dignas de trabalho aos assalariados de suas fábricas. Em 1817, após as Guerras Napoleônicas, ele apresenta um plano ao governo britânico para converter o fundo de sustento dos pobres, o qual consistia apenas em distribuição para criar aldeias cooperativas, as quais miravam na subsistência, para gradualmente reinseri-los à produção, ao invés de mantê-los desocupados. Após esse episódio, perde a admiração das classes dominantes devido à radicalidade do plano, indo para os Estados Unidos, onde coloca em prática a ideia das aldeias

A partir daí, as organizações de trabalhadores urbanos e rurais e os indivíduos não inseridos na cadeia produtiva capitalista se multiplicam, durante os séculos XIX e XX. Outra especificidade é o financiamento de Organizações Não-Governamentais (ONGs) e da Igreja Católica no fomento aos projetos de Economia Solidária. Com o crescimento e a consolidação, nos anos 1990, esse movimento leva à criação das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) nas universidades brasileiras, importante ferramenta para o desenvolvimento das cooperativas populares.

E o que muda entre as cooperativas clássicas e as solidárias? Sobre isso Singer (2002, p. 88) nos diz:

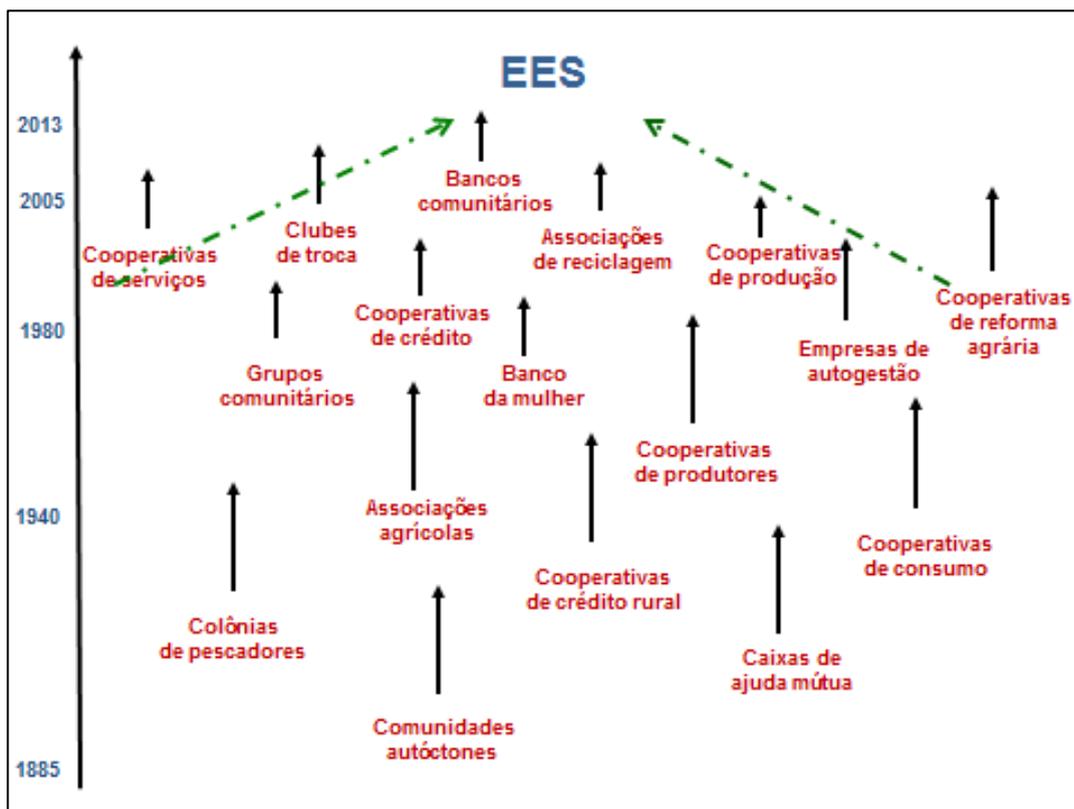
Mas o cooperativismo de compras e vendas não se constitui num modo de produção alternativo ao capitalismo exatamente porque não estende a democracia e à igualdade à totalidade dos que trabalham nele. Ele preserva a divisão de classes, separando os pequenos produtores, como proprietários do capital cooperativo, dos trabalhadores que lhes prestam serviços de intermediação e de produção em troca de salários.

O autor (*Idem*, p. 88) nos lembra da importância do cooperativismo agrícola híbrido e o papel fundamental que este desempenha, freando a centralização do capital, ao menos em um setor, permitindo ao camponês a preservação de parcela importante da atividade agrícola.

Sobre a unidade produtiva regida pela lógica econômica solidária, esta é amplamente trabalhada por Gaiger (2016). Abaixo está inserido um mapa das primeiras formas de Empreendimento Econômico Solidário até as mais recentes.

cooperativas. Apesar de retornar falido e desiludido para a Grã-Bretanha, suas ideias são decisivas para o surgimento e o crescimento de cooperativas e sindicatos. Cf. Singer (2002, p. 25-26).

Figura 2 - A arqueologia da Economia Solidária



Fonte: A Arqueologia da Economia Solidária. Disponível em Gaiger, 2016, p. 8.

No ponto em que se encontram as duas lógicas econômicas supracitadas, temos a Economia Popular Solidária (EPS). Insiro aqui o entendimento de Buzzatti (2007, p. 23) sobre EPS:

As atividades econômicas que podem ser classificadas como tendo origens populares e também solidárias, são práticas que, através da autogestão, privilegiam a solidariedade entre a classe daqueles que sobrevivem do seu trabalho. O centro da busca de alternativas econômicas está em viabilizar o viver imediato e estratégico, ou seja, a sobrevivência e a construção política de seu futuro.

Por fim, cabe completar que, embora *a priori* as lógicas diversas que juntas formam outras economias, como a Economia Social; a Economia do Trabalho; a Economia Popular; a Economia Solidária e; a Economia Popular e Solidária. Ainda que sejam todas alternativas, cada uma carrega um contexto sociocultural em sua formulação e se aplicam nas mais heterogêneas condições de Geração de Trabalho e Renda alternativas ao convencional, dentro do modo de produção capitalista.

1.2. AGRICULTURA FAMILIAR

Esse conceito, apesar de relativamente jovem, não designa um fenômeno recente. Ainda que de caráter genérico, pois engloba uma grande variedade de grupos distintos, difundiu-se muito rapidamente. Em 1996, já temos a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), através do Decreto Nº. 1.946. Quanto à conceituação, Wanderley (2003) entende que a família, ao mesmo tempo que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo.

Num primeiro momento, e ainda hoje, os grupos que comercializam produtos hortifrutigranjeiros representam o segmento mais expressivo no Projeto Esperança/COOESPERANÇA, expressivo em quantidade de associados, bem como em vendas. Aqui, incluo os grupos que também comercializam produtos de agroindústria e que sejam oriundos da Agricultura Familiar.

A estrutura fundiária que se encontra no Brasil, atualmente, resulta da distribuição de terras ainda nos períodos Colonial e Imperial. Mais recentemente, um processo de “modernização conservadora”⁴ no campo e as lutas empreendidas por pequenos agricultores, camponeses, e agricultores familiares, por acesso à terra e o cultivo sustentável, na segunda metade do século XX, vem impactando toda a produção agrícola brasileira. Sobre a distribuição desigual de terras, Oliveira (1989, p. 67) observa que:

Podemos afirmar com segurança que a estrutura fundiária brasileira herdada do regime das capitanias/sesmarias muito pouco foi alterada ao longo dos 400 anos de história do Brasil, e, particularmente na segunda metade deste século, o processo de incorporação de novos espaços – assaltados, tomados das nações indígenas – tem feito aumentar ainda mais a concentração das terras em mãos de poucos proprietários.

Assim, como ocorre em todo o território nacional, no Rio Grande do Sul, a distribuição de terras é desigual, mas de maneira especificamente heterogênea. Inicialmente, o processo de ocupação da terra ocorre de duas maneiras: a distribuição de sesmarias e a vinda de colonos açorianos, estratégias centrais de ocupação do território, entre fins do século XVII e o século XVIII.

Osório (2013) reforça que a distribuição de sesmarias, na Fronteira Meridional, não foi abundante, como veiculado por uma historiografia que coloca as sesmarias como um “mito fundador”. A autora cita outras formas que foram mais importantes

4 A “modernização conservadora” foi o processo de tecnificação da produção agropecuária pela inserção de maquinário pesado e produtos químicos, sem alterar a estrutura fundiária. De acordo com Görden (2017, p. 47), esse novo modelo tecnológico teve três frentes: a mecânica, a química e a biologia, objetivando a introdução da mecanização agrícola, de venenos, de fertilizantes e de sementes “melhoradas”.

nesse processo de ocupação: as datas aos açorianos; os despachos, dados por governadores; a posse e; a compra e o arrendamento.

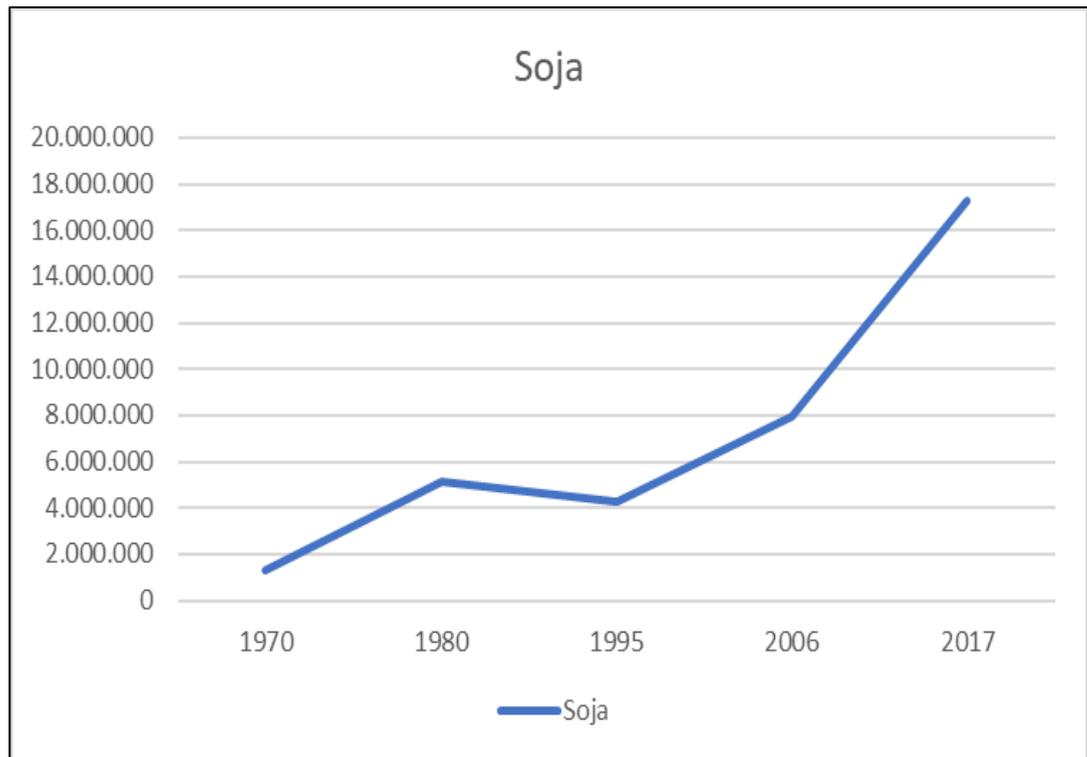
Com o processo de instalação de colônias de imigrantes, vindos da região correspondente à atual Alemanha, começam a chegar, a partir de 1824, inicialmente, ocupando o que conhecemos hoje como Vale dos Sinos. Em grande parte, ocupam-se do cultivo de subsistência, mas, progressivamente, integram o mercado de abastecimento interno de alimentos. Ao longo do século XIX, a vinda e o estabelecimento de italianos intensificam a ocupação e o desenvolvimento das regiões Nordeste e Noroeste do território rio-grandense.

Picolotto (2022) entende que a agricultura de base familiar, no Rio Grande do Sul, parte de cinco origens:

- I. A contribuição indígena, em certos momentos históricos incorporados como escravos em estâncias, também mantém atividades econômicas autônomas, ainda que instáveis e precárias;
- II. Agricultores pobres vindos das áreas de domínio português, principalmente os açorianos;
- III. Descendentes dos povos negros escravizados que formam comunidades quilombolas e, após a Abolição, aqueles que se tornam pequenos proprietários, posseiros, agregados de fazendas;
- IV. Caboclos, que exploraram a erva-mate e a produção de gêneros alimentícios para subsistência, bem como no trabalho acessório nas estâncias e;
- V. Colonos não-ibéricos, incentivados pelo estado brasileiro para ocupar territórios de mata e incrementar a produção agrícola.

Dito isso, o grau heterogêneo de desenvolvimento econômico, dentro do estado, é, entre tantos outros fatores, a soma do tipo de ocupação com as atividades produtivas, desenvolvidas ao longo do tempo. Em aspectos mais gerais, essa divisão se exemplifica nas metades Norte e Sul, onde, na última, se insere em um contexto histórico em que há predomínio da pecuária extensiva. Sobre essa disparidade, Alves e Silveira (2008, p. 10) comentam que "(...) o elemento crucial para tal diferença é sem dúvida a estrutura fundiária da Mesorregião Sul, que pouco evoluiu, conservando propriedades extensivas, em boa parte grandes propriedades, alargando ainda mais as diferenças socioeconômicas dessa parte do Estado".

Figura 3 - Produção vegetal e área colhida dos estabelecimentos agropecuários, por tipo de produção vegetal em toneladas. Intervalo entre 1970 - 2017

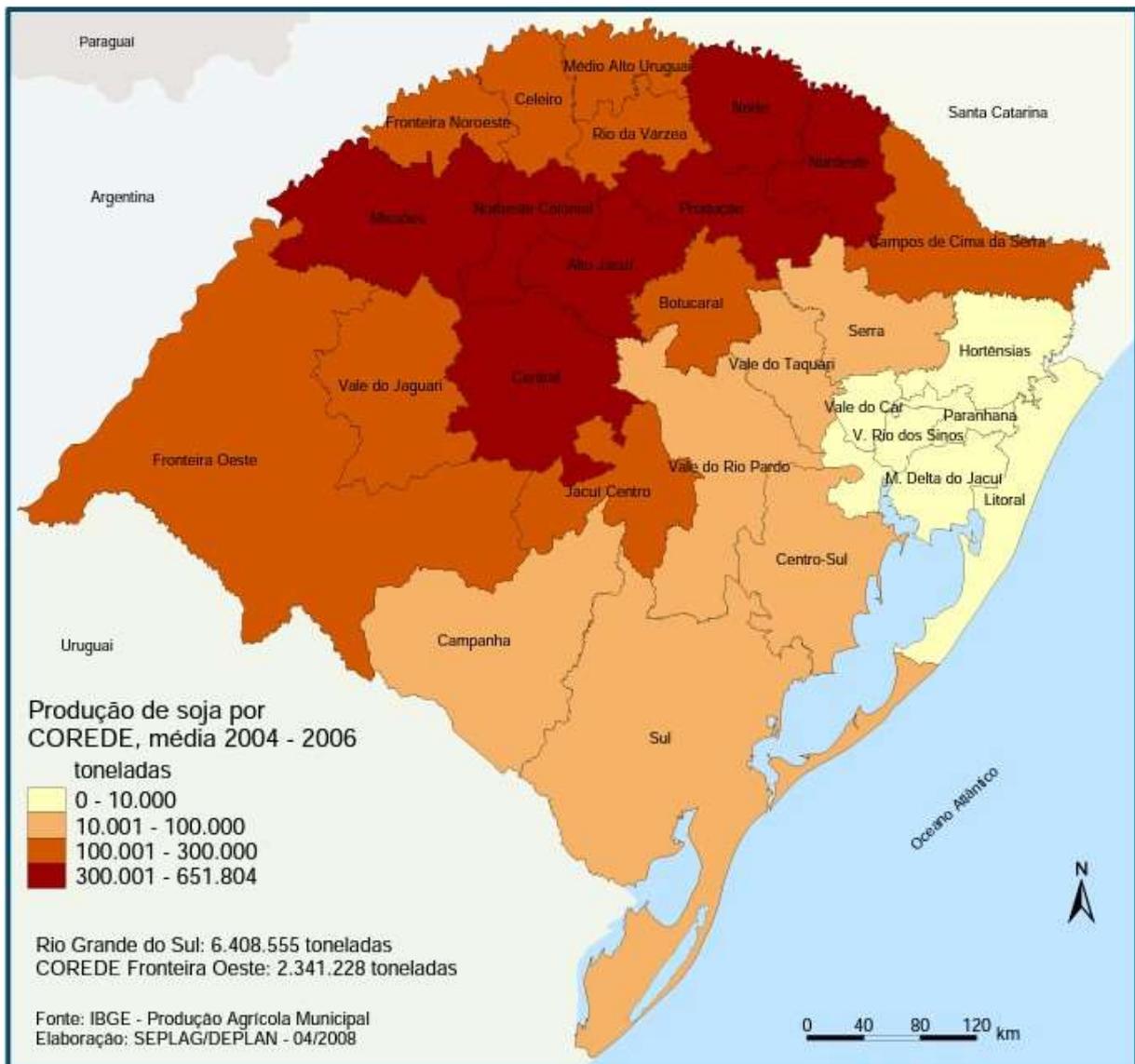


Fonte: Dados de Censos Agropecuários do IBGE. Elaborado pelo autor, 2023

No Rio Grande do Sul, no período compreendido entre 1970-2017, encontramos o aumento exponencial do cultivo da soja, apesar de oscilações no período 1980-1995, observado na figura 3, referente ao estado. A figura 4, mostra a produção de soja, entre 2004-2006, no estado, por divisão de COREDE⁵. Tupanciretã, por exemplo, é o maior produtor de soja do estado (ATLAS SOCIOECONÔMICO, 2021). Nesse período, compreendido entre 2004-2006, observa-se, também, a redução das lavouras temporárias de vários gêneros alimentícios, vista na Figura 5.

Figura 4 - Produção de Soja por COREDE, média entre 2004 - 2006

5 Uma definição pode ser encontrada no sítio do *Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul*: "os Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDEs, criados oficialmente pela Lei 10.283 de 17 de outubro de 1994, são um fórum de discussão para a promoção de políticas e ações que visam o desenvolvimento regional. Seus principais objetivos são a promoção do desenvolvimento regional harmônico e sustentável; a melhoria da eficiência na aplicação dos recursos públicos e nas ações dos governos para a melhoria da qualidade de vida da população e a distribuição equitativa da riqueza produzida; o estímulo a permanência do homem na sua região e a preservação e recuperação do meio ambiente". Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/conselhos-regionais-de-desenvolvimento-coredes>. Acesso em: 9 jan. de 2023.



Fonte: Atlas socioeconômico do Rio Grande do Sul. Disponível em <<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/inicial>>. Acesso: 09 jan. 2023.

Figura 5 - Quantidade produzida em (t) Lavoura Temporária no COREDE Central

Produtos	Anos		Variação
	2002	2006	
Amendoim	491	359	-27%
Arroz	235.101	261.540	11%
Batata-doce	14.416	5.704	-60%
Batata-inglesa	32.614	17.328	-47%
Cana-de-açúcar	70.340	62.382	-11%
Cebola	2.049	1.775	-13%
Ervilha	16	19	19%
Fetjão	13.008	12.194	-6%
Fumo	19.844	23.710	19%
Mandioca	93.986	100.624	7%
Milho	119.523	137.869	15%
Soja	427.548	764.394	79%
Tomate	2.010	2.645	32%
Trigo	55.880	37.620	-33%

Fonte: Caminhos 2030: **Relatório Planejamento Regional COREDE Central**. Relatório Final 2009 - 2010. Governo do estado. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/forumdemocratico/LinkClick.aspx?fileticket=EgmICuxQt1%3D&tabid=5363&id=7972>. Acesso em: 9 jan. de 2023.

O cultivo da soja, e em menor escala do trigo, se colocam como um desafio para a manutenção das pequenas propriedades e da baixa concentração fundiária, características da Metade Norte do estado.

Sobre isso, Alves e Silveira (2008, p. 13) esclarecem que:

A Mesorregião Norte que recebeu um grande número de imigrantes no início do século XX, e constituiu uma estrutura fundiária pouco concentrada, vem sofrendo alterações após o avanço da modernização na agricultura, as lavouras de soja e trigo vêm “dizimando” os agricultores familiares, ocasionando o crescimento das grandes propriedades, pois para esses tipos de culturas agrícolas há a necessidade de área para produzir em escala. Dessa forma, os agricultores familiares que entram no sistema soja-trigo, não conseguem competir e saldar as dívidas.

O sistema de integração vertical, entre produtor e o complexo agroindustrial, estão na origem de muitas dívidas para pequenos produtores que não conseguem apresentar a produtividade exigida. Nesse mesmo mecanismo de endividamento dos grãos, onde inclui-se a rizicultura, cabe, também, a cultura do fumo. Dois elementos que unem essas produções são: a destinação certa do produto para o capital privado

e a quantidade de defensivos agrícolas necessários, assim como a conseqüente diminuição na qualidade de vida.

Ao mesmo tempo que o fumo e as monoculturas podem ser rentáveis, também causam dependência financeira, problemas de saúde e desequilíbrio ambiental, sendo necessário anos para conseguir implementar efetivamente uma transição agroecológica.

O Projeto Esperança/COOESPERANÇA busca, desde sua fundação, oferecer espaços de formação para que agricultores consigam abandonar a cultura do fumo e as monoculturas. Em 2022, ocorre o 32º Seminário de Alternativas à Cultura do Fumo. Dom Ivo Lorscheiter é enfático ao tratar a fumicultura como uma “cultura da morte”, relata a entrevistada 1 para essa pesquisa. A organização dos seminários ocorre, colaborativamente, entre o projeto e as dioceses da região. Picolotto (2021, p. 60) afirma que:

(...) iniciou no ano de 1991, o evento ocorre anualmente e é organizado e idealizado em conjunto pelo projeto Esperança/Cooesperança, Diocese de Santa Maria, Santa Cruz do Sul e Cachoeira do Sul, posteriormente uniram-se as dioceses de Cruz Alta e Santo Ângelo.

Este pensamento está articulado dentro do projeto, inserido em uma lógica maior de incentivo à Agricultura Familiar Agroecológica. Vários dos produtores que se associam buscam, inicialmente, por apenas um novo canal de comercialização e são incentivados ao cultivo orgânico, através de apoios institucionais como da EMATER, UFSM, Instituto Federal Farroupilha (IFFAR) e dos espaços de formação que ocorrem no Projeto, espaços nos quais os produtores adquirem conhecimentos para efetivar uma transição agroecológica.

Os feirantes, em estudo feito por Cassol e Wizniewsky (2013), demonstram preocupação quanto à sustentabilidade da produção, ao utilizar técnicas de plantio que preservem o meio ambiente e que possam ofertar produtos saudáveis aos consumidores. Nesse mesmo estudo é apontado que os entrevistados incentivam os filhos a buscar alternativas à vida no campo, o que se deve muitas vezes à falta de incentivos às atividades rurais, desvalorização dos produtos e outros fatores.

Somados os fatores anteriores à falta de interesse da juventude em permanecer na atividade rural, persiste um problema crítico para a continuidade dessa produção agropecuária, que é a sucessão hereditária das terras.

Por fim, a valorização da Agricultura Familiar agroecológica é fundamental para um novo modelo de sociedade. O avanço da soja, ao final do século passado, e sua contínua expansão, observada até o momento, agrava a continuidade do modo de vida

camponês e demais modalidades assumidas pela Agricultura Familiar, independente das estratégias de reprodução social. Através da união, em movimentos sociais, sindicatos e uso de resquícios das políticas públicas que favorecem esses grupos, tem sido possível resistir e perseverar, até o momento. Em conjunto com isso, assim, as feiras de Economia Popular e Solidária ocupam um espaço muito importante para que essas famílias possam optar pela permanência do seu estilo de vida.

2. RESSURGIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Neste capítulo, levantam-se os principais pontos encontrados em bibliografia sobre o tema, a fim de oferecer ao leitor um quadro geral da configuração da Economia Solidária no Brasil, entre o final dos anos 1980 e o início dos anos 2000, sobretudo em torno: da transição do cooperativismo para Economia Popular e Solidária; de sua configuração como movimento social.

Em decorrência, e pela ausência de trabalhos no campo historiográfico, recorre-se às outras áreas das humanidades para desenvolver essa pesquisa.

Gradativamente, vêm aparecendo, no território brasileiro, casos de associações cooperativas de produção, compra e venda, serviços e cooperativas de crédito. A recuperação de empresas falidas, transformadas em cooperativa de autogestão, ampliam este quadro. Demora até meados da década de 1990, aproximadamente 1995 (LECHAT, 2002)⁶ para se discutir esses fenômenos dessa configuração mais recente.

Vem se percorrendo um longo caminho, repleto de discussões conceituais, acerca da nomenclatura que, corretamente, conseguisse designar esse associativismo/cooperativismo solidário. A Economia Social de Caráter Solidário, abordada anteriormente por estudiosos latinoamericanos, tendo como os principais Luis Razeto e José Luis Coraggio, segundo Razeto (*Apud* Coraggio (1999):

Un primer ejemplo es la propuesta de desarrollar un sector de Economía Social. Originada en la primera mitad del Siglo XIX, esta idea ha sido institucionalizada por varios países de la Comunidad Europea que han creado Secretarías de Estado o unidades de Economía Social. (...) En general esta denominación abarca organizaciones económicas sin fines de lucro, que se distinguen por los valores de solidaridad encarnados en las relaciones cooperativas, mutualistas o asociativas entre sus miembros.

Para Gaiger (2009), a Economia Solidária constitui uma nova etapa na Economia Social Europeia, após fragmentação e perda de unidade da economia social no regime dual Estado-mercado. Gaiger (2009) ainda cita Laville (2004), afirmando que “a ES pode ser entendida como desdobramento do cooperativismo, o qual já possui longa história.”

6 A autora situa o início do debate sobre a Economia Solidária, no Brasil, em 1995: “mas devemos esperar até 1995 para que brasileiros escrevam sobre economia solidária referindo-se a ela desta maneira”. Ela, então, primeiramente, cita o 7º Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de Sociologia, em 1995, e o III Encontro Nacional da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG) em 1996.

O fenômeno, que é posteriormente designado como Economia Solidária, é fruto da articulação de movimentos sociais, os quais buscam uma maneira de enfrentar a reestruturação do modo de produção capitalista, a partir da década de 1990.

Sobre isso (MELO, 2014) afirma que, “o movimento de reestruturação capitalista, (...), resultou na desestruturação/precarização das condições e relações de trabalho, no aumento dos índices de desemprego e na informalidade do trabalho a partir da década de 1990.

O contexto não produz nada sozinho, mas os elevados índices de desemprego e a efervescência dos movimentos sociais oferecem um terreno fértil para essa nova forma de associativismo para produtores e trabalhadores. Sobre as crises que atingem a maioria dos países, nos anos 1980 e 1990, e o surgimento de empreendimentos solidários, Singer (2006, p. 113), afirma: “em grande medida, as empresas solidárias são resultados diretos da falência de firmas capitalistas, da subutilização do solo por latifúndios”.

Nesse sentido, podemos citar alguns casos: a indústria de fogões Wallig, em Porto Alegre; a cooperativa de uma mina de carvão (COOPERMINAS), em Santa Catarina e; as fábricas de cobertores da antiga Tecelagem Parahyba, em Recife e São José dos Campos (CORNELIAN, p. 41)

Para além da geração de renda, deve-se destacar a promoção de inserção social, exercício da cidadania, conscientização política e capacitação para gerir, da melhor forma, os empreendimentos. No processo protagonizado pela classe trabalhadora, os empreendimentos solidários conseguiram se consolidar com o apoio de ONGs, Movimentos Sociais, Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), com auxílio de universidades e setores da Igreja Católica.

Sobre a Igreja Católica deve-se mencionar os Projetos Alternativos Comunitários (PACs), desenvolvidos pela Cáritas do Brasil, iniciando suas atividades no início dos 1980, desenvolvendo projetos que trabalham a autonomia e o trabalho solidário com populações desassistidas, em uma dinâmica que lhes permita renda e fortalecimento de laços comunitários bem como promoção de consciência política. Gradualmente, adota um caráter conceitualmente cada vez mais próximo da Economia Solidária.

Durante os anos 1990, os projetos passam por uma mudança, fruto de avaliações feitas para promover alterações, de acordo com as necessidades encontradas em cada regional da Cáritas. Bertucci e Silva (2003, p. 18) indicam o contexto sócio-político-econômico europeu das décadas de 1970 e 1980, como um fator de impacto no cenário de Cooperação Internacional.

Menciona-se aqui, como exemplos, a crise econômica e social que ocasiona cortes de recursos para os países do Sul Global, assim como a crise cultural, desencadeada pela globalização e o ideário liberal, em que os autores (BERTUCCI; SILVA, p. 21) citam como itens que incidem sobre a cooperação: o economicismo; o individualismo exacerbado e; o consumismo. Esse cenário leva os colaboradores a exigirem resultados mais expressivos das organizações não-governamentais, pressionando por efetividade dos projetos.

No cenário rural, os grandes agentes na promoção de cooperativas de produção, autogeridas e trabalho solidário, são o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária no Brasil (CONCRAB), criada em 1992. Nesse contexto, a EMATER também desempenha um importante papel, sendo um processo permeado por tentativas e erros, até se chegar em um resultado satisfatório.

Singer (2002) explica sobre a dificuldade de aceitação das Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPAs) que não são tão bem aceitas pelos assentados. Ela consiste em unificar lotes de terra e trabalhar o conjunto de acordo com um plano de produção, sendo a repartição do produto *in natura* e do dinheiro orientados pela contribuição de cada um. Logo, no início dos anos 1990, observa-se a falência desse sistema, quando o MST recua e cria as Cooperativas de Prestação de Serviços (CPS), as quais conseguem maior adesão que as CPAs. Como desdobramento, para evitar a divisão dos assentados em dois grupos, a solução encontrada é um sistema que os unificasse, o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) permite ao MST uma estrutura mais democrática e possibilita o aumento da adesão à Economia Solidária.

Tentando romper com o isolacionismo, apresenta-se como ferramenta eficiente, pois os não-cooperados podem observar as vantagens e o êxito de estarem inseridos em uma relação produtiva cooperativista e, dessa maneira, chamar mais pessoas para essa cadeia produtiva, visando o desenvolvimento pleno da produção e o aumento da qualidade de vida.

Quanto às ITCPs, destaca-se a criação da primeira, em 1995, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), para, três anos depois, surgir a Rede de ITCPs. Setores do meio acadêmico compreendem que precisam fazer algo prático, como medida de frear os efeitos do neoliberalismo, trazendo a questão: como podem as universidades ajudarem no combate à fome e desemprego? Como resultado, se inicia uma iniciativa de pesquisa, extensão e ensino que se espalha rapidamente por todo Brasil, entrando em contato com a população organizada em cooperativas,

associações e fábricas autogeridas, a fim de promover a troca de conhecimentos. A UNITRABALHO é fundamental, no início, para a promoção das incubadoras, porém há, em 2002, a separação entre a Rede de ITCPs e a UNITRABALHO, por discordâncias internas (DELLA VECHIA *et al.*, 2011). Segundo os autores (*Idem*):

A economia solidária havia crescido geometricamente durante a década anterior e muitos governos locais e estaduais haviam desenvolvido programas de políticas públicas em seu apoio. A formação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária – composto de empreendimentos, entidades apoiadoras e gestores públicos, e que precedeu à posse de Lula na presidência – já demonstrava a vontade desse conjunto heterogêneo de atores de verem representadas as suas reivindicações no novo governo.

Em 2003, início do governo Lula, é criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), escolhendo Paul Singer, importante militante e estudioso da Economia Solidária, um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT), para dirigi-la. A partir dali é marcada a institucionalização, ocorrendo o maior período de expansão de EES no Brasil. Através da instituição do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES) iniciou-se um processo de mapeamento dos EES, distribuídos no território brasileiro, servindo para a criação e a implementação de políticas públicas de fomento aos projetos.

No Projeto Esperança/COOESPERANÇA, o cenário político da virada do século XX para o XXI é extremamente favorável para a expansão do Projeto. Em 1999, Olívio Dutra assume como governador do estado do Rio Grande do Sul, foi quem instituiu, em 2001 o Programa de Economia Popular Solidária, com abrangência estadual. Nesse mesmo ano, através das eleições municipais, Valdeci Oliveira assume a Prefeitura Municipal de Santa Maria, cargo no qual permanece até 2009. Sobre a eleição de governos de esquerda Balbinot (2007, p. 108-109) afirma que:

O acesso facilitado a esses recursos, em condições diferenciadas de encargos financeiros, prazos e outras 109 formalidades burocráticas, permitiu que inúmeros empreendimentos crescessem, se viabilizassem e encaminhassem a legalização de suas atividades.

No ano de 2003, após curso da Secretaria Estadual do Desenvolvimento e Assuntos Internacionais sobre Formação de Multiplicadores de Redes de Empreendimentos de Economia Solidária (BALBINOT, 2007), é criada em Santa Maria a Teia Esperança, a fim de expandir os locais de comercialização para associados e parceiro do projeto. De acordo com Balbinot (2007) a Teia tem por objetivo viabilizar a expansão dos pontos de venda. A administração desses pontos é feita de maneira coletiva entre os grupos. Ao longo dos anos esteve em diversos

locais da cidade, como o Armazém da Colônia na Av. Rio Branco e o Centro de Economia Popular Solidária na rua Serafim Valandro, ambos já tiveram suas atividades encerradas. Atualmente encontram-se feiras organizadas nas praças da cidade, o que é o caso do Feirão Mensal de Economia Solidária que ocorre na praça Saldanha Marinho, e o Mercado Público de Economia Solidária e Agricultura Familiar na praça Saturnino de Brito.

Em 2001, através do Decreto Nº 41.062, de 21 de Setembro de 2001, é instituído o Programa de Economia Popular Solidária em âmbito estadual, com o objetivo de “criar, manter ou ampliar oportunidades de trabalho e acesso à renda, através de empreendimentos autogestionados”(Programa de Economia Popular Solidária).

Percebe-se, pela criação de políticas públicas, nesse momento, que o estado do Rio Grande do Sul apresenta notável pioneirismo no âmbito de apoio governamental à EPS. Singer (2009, p. 1), contextualiza aquele momento:

Quando Lula foi eleito presidente pela primeira vez, em 2002, a economia solidária constava em seu programa. Nesta ocasião, duas importantes unidades da federação (UFs) – o Rio Grande do Sul governado por Olívio Dutra e a capital de São Paulo por Marta Suplicy – desenvolviam amplos programas de fomento à economia solidária.

Concomitante ao Fórum Social Mundial, em 2001, ocorrido em Porto Alegre tem-se a articulação de grupos para a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). É nesse evento que se discute a criação da SENAES, por meio de uma carta intitulada “Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento”, direcionada ao então presidente Luís Inácio Lula da Silva, momento em que o coletivo solicitou a criação de uma secretaria (COSTA; JESUS, 2017, p. 251). No mesmo texto, citando o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (2005), os autores (*Idem*, p. 250) falam sobre a quantidade de pessoas que as plenárias reúnem,

Naquele momento, sob o viés de outra globalização, essas entidades se reuniram na primeira edição do FSM, que teve a participação de 16 mil pessoas de mais de 117 países. Durante o evento, mais de 1500 participaram da oficina intitulada Economia Popular e Solidária e Autogestão.

Na sequência, os autores (2017, p. 250) apontam a frequência crescente de participantes das plenárias de Economia Solidária. Enquanto na primeira edição, em 2002, há participação de mais de 200 pessoas, na II Plenária de Economia Solidária (PNES) já eram mais de 800 presentes.

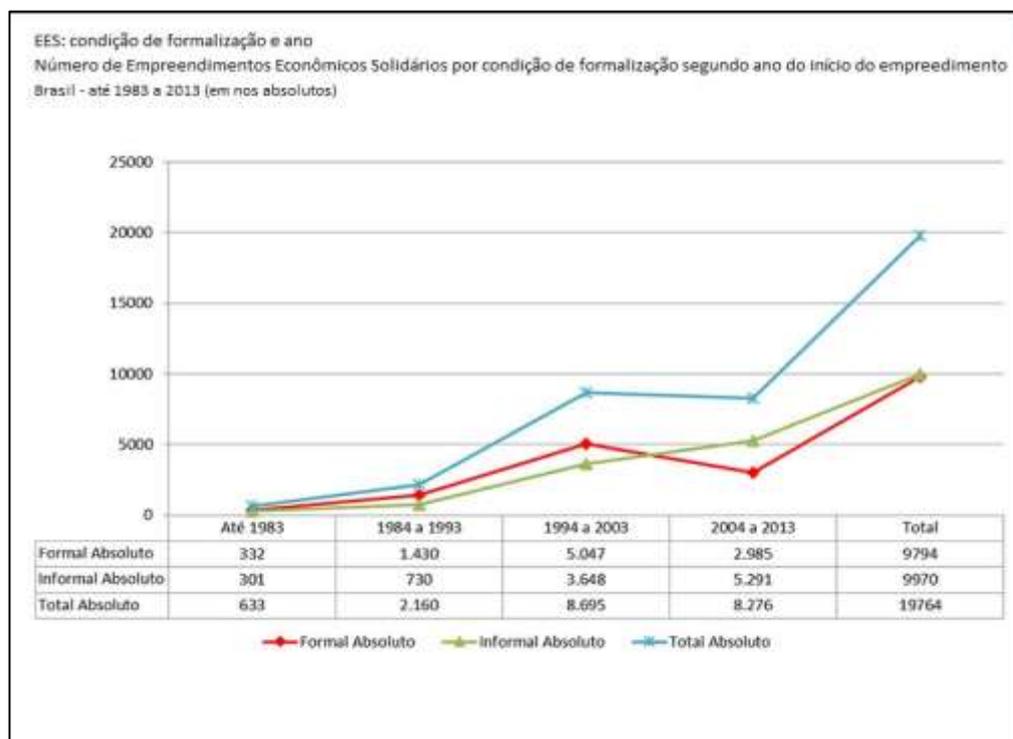
Em junho de 2003, menos de seis meses depois, realizou-se a III Plenária de Economia Solidária, envolvendo 17 estados e com a participação de mais de

900 pessoas, representantes de Empreendimentos da Economia Solidária e entidades de apoio aos Empreendimentos da Economia Solidária.

No planejamento para a instituição de políticas públicas se faz necessário um mapeamento da situação em que se encontravam os EES no território brasileiro. Para isso é criado o Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES). Inicia, em 2003, através do diálogo entre a SENAES e o FBES, reconhecendo a necessidade de um mapeamento da Economia Solidária no Brasil. A partir disso, surge um banco de dados, atualizado até 2013.

A figura 6 apresenta o *boom* dos primeiros empreendimentos, no intervalo entre 1984 a 1993, enquanto no intervalo entre 1994 a 2003 há a queda de empreendimentos formais absolutos e o contínuo crescimento dos empreendimentos informais absolutos, sendo que o total absoluto acaba formando quase um platô nesse intervalo. E quando se volta para o período pós-2004, a franca ascendência se deve, em grande parte, como resultado das organizações populares em torno do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e das Plenárias de Economia Solidária, as quais conseguem articular, com os governos Federal e Estadual e construir as políticas públicas que auxiliam na consolidação e na expansão de muitos empreendimentos

Figura 6 – Número de Empreendimentos Econômicos Solidários por condição de formalização segundo ano de início do empreendimento. Brasil – até 1983 a 2013 (em nº s absolutos)



Fonte: Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos (DIEESE). Observatório Nacional da Economia Solidária e do Cooperativismo. Disponível em: <https://ecosol.dieese.org.br/> Acesso em: 10 jan. 2023.

O Fórum Social Mundial cumpre um papel vital para a articulação e a consolidação da Economia Solidária no país; Antes, ações de fenômenos isolados em pontos do território, agora, começam a se integrar e transformar-se num movimento com alguma uniformidade e unidos em torno de características comuns. O evento surge para se contrapor ao Fórum Econômico Mundial, que ocorre anualmente em Davos, na Suíça. Serve para lembrar de que a História não vem atingindo seu fim com o neoliberalismo e que as discussões de uma nova ordem mundial devem continuar, apresentando ao mundo propostas de que “Um Outro Mundo é Possível”. A organização do evento é liderada por instituições como a Associação Brasileira de ONGs (ABONG), o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o MST, a francesa *Association pour la Taxation des Transactions pour l'Action Citoyenne* (ATTAC) e os governos estadual do Rio Grande do Sul e a Prefeitura de Porto Alegre.

Figura 7 - Folha do Sul (RS), Caxias do Sul, Edição n. 00195, 2001

POLÍBIO BRAGA
polibio@ig.com.br

O discurso vazio do Fórum Social Mundial marcado para Porto Alegre

“Sem saber o que quer, mas apenas o que não quer, o Fórum Social Mundial não apresentará opções para as mazelas causadas pela economia de mercado e pela democracia representativa e parlamentar.”

Já está operando na PUC-RS o comitê nacional de organização do Fórum Social Mundial, marcado para ocorrer em Porto Alegre entre os dias 25 e 30 de janeiro. Informes sobre o evento podem ser encontrados no site do governo estadual (www.provia.rs.com.br). Ele pretende ser uma espécie de anti-Davos: um contraponto ao Fórum Econômico Mundial, que está marcado para a mesma data na Suíça.

No sábado, o governo estadual, que assumiu boa parte da organização e do financiamento do Fórum Social Mundial, recebeu a visita dos coordenadores nacionais e estrangeiros.

A reunião de Porto Alegre servirá para um encontro global de todos os ressentidos com o capitalismo, o que quer dizer com a economia de mercado e o seu mais recente neologismo, que são o neoliberalismo e a globalização. Ninguém é tão estúpido para não saber que o capitalismo, no campo econômico, e o seu contraponto político, a democracia representativa e parlamentar, conseguiram impor-se de maneira arrasadora sobre o comunismo e a ditadura burocrática estatal.

Se é assim, o que é que discutirão em Porto Alegre os participantes do Fórum Social Mundial, que já anunciaram convidados como os comunistas Saramago, João Pedro

Stédile, Graça Machel e Sebastião Salgado, socialistas como Danielle Mitterrand e Eduardo Galeano, sociais-democratas com Ralph Nader? Ninguém sabe ainda se serão aceitas inscrições de personalidades como Fidel Castro e representações do tipo das FARC.

Alguém está em desacordo com o contraponto? Afinal de contas, nem a economia de mercado e tampouco a democracia representativa conseguiram estabelecer o paraíso na terra. A correção de rumos é clamor não apenas dos que estão excluídos do banquete, mas da maior parte da humanidade que adotou sinceramente o rumo da globalização. Esta é a lógica do mundo. Até agora, contudo, seus críticos têm permanecido na retórica, passando a impressão de que defendem de maneira oblíqua um retorno à barbárie comunista e à ditadura burocrática estatal ou um tipo de esquerdismo que até Lênin já havia comparado a uma doença infantil do comunismo. O assunto não se esgota. Os governos estadual e municipal de Porto Alegre, que com seu partido, o PT, parecem ter se adonado do evento, serão cobrados pelos resultados, não podendo se contentar com os dividendos políticos decorrentes do abrigo que concedem a todos os gêneros de ressentidos da raça humana.



Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=882380&pesq=%22forum%20social%20mundial%22&pasta=ano%202000&hf=memoria.bn.br&pagfis=5900>. Acesso em: 11 nov. 2022

Na reportagem acima, escrita por Políbio Braga, em 2001, observa-se a reação da irascível direita rio-grandense à antítese do Fórum de Davos. Ele deixa claro no texto que o capitalismo atinge seu ápice e que o evento é um encontro de “ressentidos do capitalismo”. Um texto que exprime muito bem a indignação da classe dominante que não aceita o fracasso do Consenso de Washington. Mas ao contrário do título, o Fórum está muito longe de ser um discurso vazio, diferentemente das palavras do jornalista, que se limitam a argumentos rasos e infundados.

Esse evento e suas edições seguintes é responsável por inaugurar um novo momento, não somente para os coletivos de Economia Solidária, mas para movimentos sociais alinhados à esquerda, no Brasil.

Em seguida, o texto de opinião da RBS, veiculado no jornal *O Pioneiro*, também de Caxias do Sul, indica, claramente, que não existe uma homogeneidade na forma como o evento é percebido pelas mídias tradicionais aqui do estado.

Figura 8 - O Pioneiro (RS),
Caxias do Sul, Edição 07838,
2001



Figura 9 - O Pioneiro (RS),
Caxias do Sul, Edição
07838, 2001



Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=885959&pesq=%22forum%20social%20mundial%22&pasta=ano%20200&hf=memoria.bn.br&pagfis=306125>. Acesso em: 10 jan. 2023.

3. OS RELATOS SOBRE O PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA

A escuta de trajetórias individuais permite reconstituir fragmentos de um passado recente, mas pouco explorado. Acreditava-se, desde o início da pesquisa, que os relatos devem ser colhidos apenas entre os agricultores que participam semanalmente do Feirão Colonial. Com o tempo, essa estratégia aparece como pouco frutífera, a partir do momento que há feirantes de outros segmentos e que podem ter memórias igualmente interessantes sobre o Projeto Esperança/COOESPERANÇA.

O primeiro processo de escuta, com a entrevistada 1, professora aposentada que atua na organização e na administração do Projeto, desde 2004, não sendo questionada a sua idade, mas o autor aproxima algo entre 65 a 70 anos de idade⁷. Inicialmente, ela discorre de maneira breve sobre o surgimento e a estrutura da Cáritas Brasileira, nos anos 1950, bem como as suas regionais, no decorrer do tempo. Quanto ao contexto que antecedeu os PACs, transcreve-se o seguinte trecho da primeira entrevista:

Eu era de São Pedro, então lá na paróquia a gente tinha muita gente que morava nas vilas e estavam sempre pedindo e a gente não sabia o que fazer. Então nos reunimos, 'o que vamos fazer?' Vamos ver se a gente consegue dar um cursinho de costura, de bordado, de docinho. Então surgiu aquele monte de pano prato, que ainda hoje tem essa visão de que Economia Solidária é pano de prato. Mas é que era mais fácil, era mais barato.

Dom Ivo assume o bispado de Santa Maria em 1974 (ICAZA; FREITAS. 2006, p. 33). Após esse momento a entrevistada fala, brevemente, sobre a trajetória de Dom Ivo na Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e sua chegada em Santa Maria, mencionando sobre a tentativa de mudar a perspectiva da Cáritas, limitando-se ao assistencialismo:

(...) A gente ia nas vilas, convidava, tinha capela dava pra fazer, uns quatro ou cinco indo o resto se motivava pra aprender. Além de fazer cursinho que eles pediam(...)A gente dando já começava a motivar eles pra uma saída de não ficar só esperando e que não fizessem só para usar mas pra vender também.
(transcrito do primeiro relato)

Neste momento, interrompe-se a conversa para perguntar à entrevistada que explique melhor sobre essa noção de esperança usada, ao que ela responde:

⁷ Essa entrevista foi a mais longa, houve a oportunidade de visitar a entrevistada em seu domicílio. O restante dos relatos é recolhido ao longo de alguns sábados de manhã, no horário em que acontece o Feirão Colonial, em Santa Maria.

Que seja uma verdadeira mudança, uma transformação. Era isso que nós estávamos tentando fazer com a Cáritas, de só doar coisas, de ser só assistencialista, mas de promover a pessoa, que ela começasse a se sentir um pouco mais digna, mais gente. (transcrito do primeiro relato)

Então, ela recorda que não foi fácil, pois a Ditadura lhes dificultou (neste momento, em alguns momentos, os olhos dela enchem de água e a voz começa a falhar):

E não foi fácil isso, foi em plena ditadura. Nós nos sentíamos vigiados, quando a gente menos esperava tinha alguém lá diferente, de canto. E a gente tinha que ter sangue frio pra poder trabalhar. (transcrito do primeiro relato)

De acordo com a entrevistada, a Feira da Primavera é uma das formas encontradas de comercializar os produtos, resultante dos aprendizados nas oficinas realizadas nas paróquias e com agricultores da região. Nessa altura da entrevista, ocorre uma inversão na sequência de fatos, ao se comparar com a cronologia oficial, quando ela cita a Feira da Primavera como se incluindo no “comecinho dos PACs” (a primeira edição foi em 1975), enquanto que temos como data de surgimento dos Planos Alternativos Comunitários, em Santa Maria, em 1983.

É possível que esse ano seja um marco institucional e que antes desse momento ocorram experiências incipientes e espalhadas, que passam a ser articuladas e fomentadas, sistematicamente, a partir de 1983, no entanto é necessário maior aprofundamento para afirmar, de maneira categórica. Icaza e Freitas (2006, p. 37) situam 1983 para o surgimento dos primeiros PACs, porém em Balbinot (2007) o ano encontrado é 1985.

O restante dos relatos é substancialmente mais breves. Iniciando com Entrevistado 2, do distrito de Boca do Monte, entrando no projeto em 2001, cuja idade aparenta ter em torno de 80 anos. Ele e a esposa são de Júlio de Castilhos, município situado 70km ao norte de Santa Maria, e, por motivos pessoais que o autor não busca esclarecer, à época que entram para o Projeto já participavam de feiras há 10 anos, na cidade anterior, já possuindo clientela consolidada. Assim, quando chegam a Santa Maria, começam do zero neste aspecto, porém comenta que, em pouco tempo, garantem boa clientela, pois as vendas obtidas no feirão representam em torno de 80% da renda, através de um cálculo feito mentalmente na hora.

O entrevistado destaca que os dois motivos que o fizeram perseverar no projeto são a clientela fixa que consegue e a “alegria de produzir e comercializar alimentos saudáveis”. No caso deste entrevistado, antes das feiras, as principais culturas são para a subsistência, através da produção de milho para a criação de animais e o fumo, enquanto, agora, consegue administrar maior variedade de culturas.

A Entrevistada 3 é de Val Feltrina, localidade no interior do município de Silveira Martins, e está na casa dos 70 para os 80 anos de idade. Atualmente, ela e o marido estão entre os mais antigos ainda associados ao Projeto, tendo entrado em 1991-1992, momento ainda em que se tem um pavilhão muito pequeno e o sistema de comercialização é diferente. No começo, o único meio de locomoção é através de ônibus, até que conseguem juntar o suficiente para comprar um carro. São introduzidos ao Projeto através de uma agente da EMATER, a qual busca resolver o problema que eles têm para comercializar o excedente da produção.

Ela relata que um dos principais problemas é a falta de assistência técnica hoje em dia, de que não há um trabalho continuado de assistência. Este problema é melhor explicado pelo Entrevistado 4, ao explicar que grande parte da assistência que recebem vem de agrônomos e profissionais das ciências agrárias em realização de pós-graduação, sendo que, ao término dos cursos, eles param de ir e outros aparecem.

Mencionado acima, o Entrevistado 4 está no projeto desde 1995 e reside na área rural de Pinhal Grande. Apesar de integrar, de forma definitiva, o Projeto, na data supracitada, ele comenta que participa na primeira fase, na qual o caminhão do projeto passa nas propriedades rurais recolhendo os produtos para levar ao Terminal de Comercialização, mas essa fase dura pouco tempo porque era inviável.

Sobre a produção da propriedade, é uma parcela dedicada ao fumo, que ele abandona graças à inserção no Projeto, enquanto a outra parcela é para a subsistência, da qual comercializa os excedentes, mas, com o passar do tempo, o aumento das vendas e clientela aumenta as variedades de produtos ofertados. Atualmente, ele vem optando por focar em produtos específicos como feijão e laranjas, com produção orgânica sustentável e variedade de espécies.

Sobre o Entrevistado 5, de São João do Polêsine, ele está no projeto desde 1998-1999, sendo que a produção é toda voltada para embutidos. Ele comenta que até 15, 20 anos atrás, a panificação representa importante parte da renda familiar, mas a quantidade cada vez maior de produtos vindos de fora a preços mais baixos dificulta a

competição. Opta, então, por se dedicar à produção de embutidos, na qual se sente realizado, sendo um sonho antigo de família⁸.

Ele conta que o apoio da UFSM, é muito importante no sentido de ofertar cursos sobre controle de qualidade e boas práticas na manipulação de alimentos. Antes de integrar o Projeto, ele comercializa os produtos, quase exclusivamente, para supermercados, sendo que o Projeto Esperança/COOESPERANÇA é a primeira “feira” da qual participou, relatando que é preferível a comercialização direta com o consumidor e que esta abriu diversas portas.

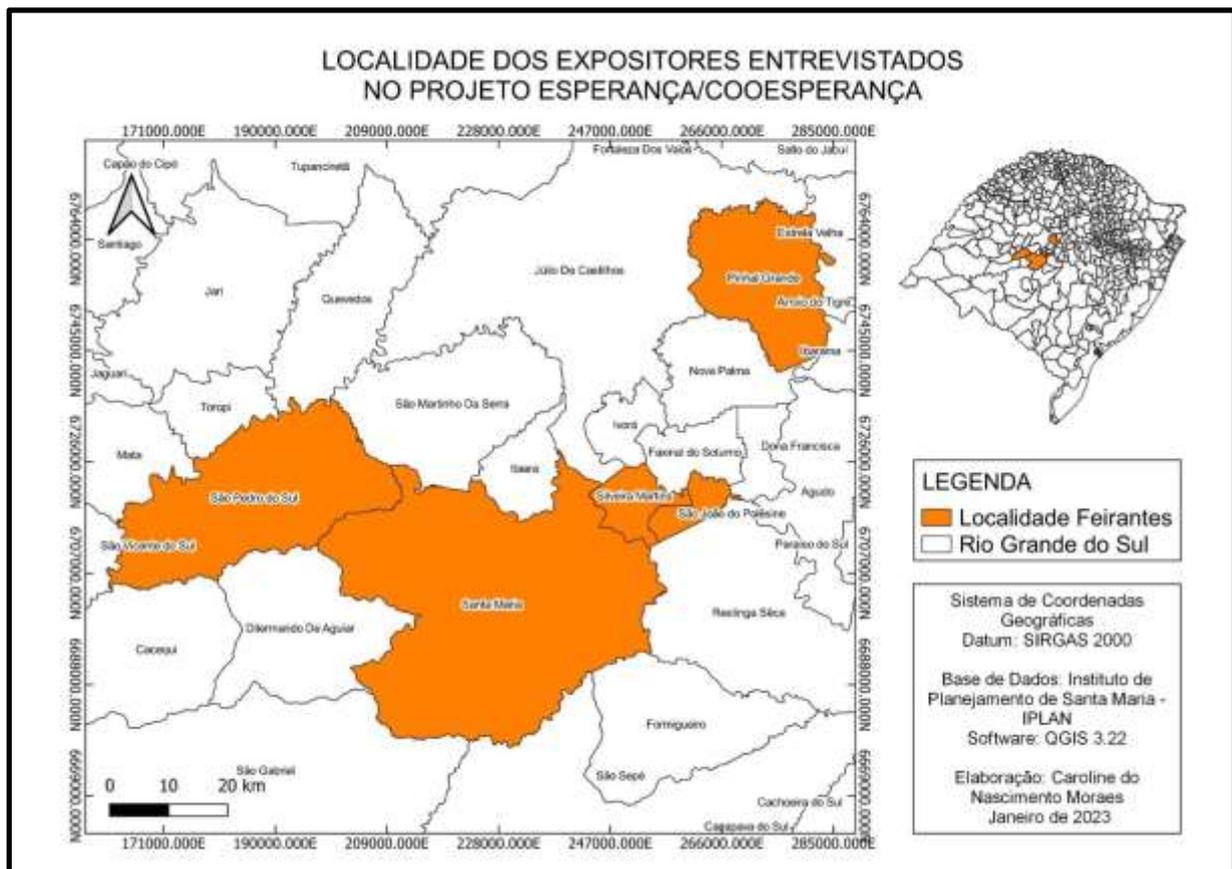
O último entrevistado participa desde 2001 e apesar de morar na zona urbana do município e do produto que comercializa ser gênero alimentício, demonstra vieses que não estão presentes nos anteriores. Ao ser perguntado sobre a taxa de 8% das vendas feitas lá, ele responde que acha correto, mas aponta como um problema a forma que é feita, facilitando a omissão de valores.

Ele inicia na Feira produzindo e vendendo pão de soja e similares, mas, com o tempo, uma colega feirante, produtora de pastéis, vai embora, quando, então, ele resolve produzir exclusivamente pastéis, contando que vai atrás da receita dos “autênticos pastéis de feira de São Paulo”, encontrando a receita no sítio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em 2001, um momento que ele frisa, quando o acesso a computador e internet é reduzido ainda. Comenta que o projeto é um bom espaço para a troca de conhecimento e formação, através da oferta cursos de qualificação, mas que, “na época do Olívio (Dutra)”, os espaços de formação e os cursos de qualificação ocorriam com bastante frequência.

A figura 10 representa em qual município cada um dos entrevistados reside, demonstrando a disseminação do alcance do projeto no espaço geográfico. Havendo ligeira predominância de indivíduos oriundos de municípios integrantes da Quarta Colônia. Nitidamente, a limitação do mapa abrange somente a pequena parcela que contribui com essa pesquisa.

⁸ Não foi explicitado, em nenhum momento, mas o autor deduz que a ascendência italiana do entrevistado exerce influência, no sentido da produção de embutidos ser um sonho.

Figura 10 - Localidade dos feirantes entrevistados no Projeto Esperança/COOESPERANÇA



Fonte: Base de dados Instituto de Planejamento de Santa Maria. 2023.

Cada um dos expositores possui sua percepção individual sobre as falhas e os benefícios do Projeto Esperança/COOESPERANÇA, notando-se, no diálogo, que a interação que existe entre associados e associação varia em cada indivíduo.

Certos feirantes são unânimes, nos relatos, em falar da satisfação ao tratar diretamente com o consumidor, um ponto muito presente e perceptível, bem como o prazer em vender algo de qualidade para o consumidor.

Apesar de haver uma frequência de entradas e saídas de associados do Projeto, alguns perseveram ao longo dos anos, sendo que, entre os entrevistados, nenhum demonstra arrependimento ou reprovação suficiente, a ponto de querer se desassociar.

A expressão de “abrir muitas portas” está presente em mais de uma entrevista, sendo empregada e vista no sentido de oportunidades de negócio, vendas em maior volume e fidelidade de clientes, sendo que estas “portas” servem para se aperfeiçoar na produção e enquanto indivíduos. Nessas trajetórias, a Economia Solidária deixa sua marca.

4. RESULTADOS E CONCLUSÕES

Através da combinação entre uma microanálise de trajetórias individuais e o levantamento bibliográfico sobre o Projeto Esperança/COOESPERANÇA; e a fim de expandir o entendimento de um fenômeno compreendido em um recorte espaço-temporal restrito, se revelam os impactos sociais nesse contexto.

Empreende-se, então, um esforço de perceber, nas trajetórias analisadas, impactos da Economia Solidária, os quais, dificilmente seriam percebidos através de uma perspectiva macro e/ou quantitativa. Para Barros (2007, p.169), “a comunidade examinada pela Micro-História pode aparecer, por exemplo, como um meio para se atingir a compreensão de aspectos específicos relativos a uma sociedade mais ampla.”

O levantamento bibliográfico serviu o propósito plural de, simultaneamente, oferecer suporte teórico e atuar enquanto fonte documental, com a finalidade de solidificar a argumentação em torno dos impactos da Economia Solidária na Geração de Trabalho e Renda, bem como a caracterização do contexto socioeconômico em que se insere o tema da pesquisa.

A saída a campo para a coleta dos relatos orais ocorre de duas maneiras, tendo sido a primeira entrevista coletada em domicílio e, portanto, com maior quantidade de informações. A entrevistada 1 atua na organização, diferente do resto que são feirantes. Para a obtenção dos outros relatos, há menor tempo hábil, sendo que a coleta foi feita aos sábados, no Centro de Referência de Economia Solidária Dom Ivo Lorscheiter, durante o horário do Feirão Colonial, entre 8h e 12h, ao longo de dezembro de 2022 e janeiro de 2023. A abordagem trata-se mais de uma escuta ativa, com poucos questionamentos, baseados no que era falado no momento, privilegiando a presença de memórias mais significativas sobre a trajetória dentro do Projeto.

Os impactos da Geração de Trabalho e Renda, na Economia Solidária, são tratados, nesta monografia, através as recuperação das memórias e trajetórias dessas pessoas, todas trabalhadoras. Assim, na particularidade de cada uma e cada um, através de suas respostas, estão contidos, subjetiva e objetivamente, os efeitos da interação, ao longo do tempo, dentro dessa dinâmica.

Pro exemplo, o Entrevistado 2 demonstra nítida felicidade ao expressar que se conta “alegre por produzir e comercializar alimentos saudáveis e de qualidade”.

O Entrevistado 5, que antes comercializa seu produto quase exclusivamente negociando com mercados, agora, através da Economia Solidária, obtém melhor

retorno financeiro, além de vender diretamente para o consumidor e participar dos cursos de qualificação, a fim de oferecer um produto final de qualidade superior a um preço justo.

É interessante lembrar, também, do Entrevistado 4, o qual, semanalmente viaja de Pinhal Grande até Santa Maria para comercializar uma variedade de alimentos orgânicos, defendendo que, com o apoio do Projeto e das instituições parceiras, abandonou a fomicultura.

Porém, existem problemas que possuem soluções complexas e às vezes fora do alcance. Aqui, destaca-se que, para a sucessão das terras, que dentre os entrevistados, três mostraram preocupação sobre esse ponto, não tendo para quem deixar a propriedade, pois os filhos possuem seus interesses próprios e não demonstram interesse em seguir na produção. Outro problema apontado foi a inconsistência da assistência técnica descontínua junto ao produtor.

Cabe destacar que a Economia Solidária, por intermédio do Projeto Esperança/Cooesperança, na região de Santa Maria, representa um agente de modificação social na vida dessas pessoas. Ao garantir a democracia nesses ambientes e fomentar a solidariedade, o comércio justo e o respeito ao meio ambiente, constrói-se, com “trabalho de formiga”, uma sociedade do bem-viver e do respeito ao próximo.

Por fim, deve-se salientar que o Projeto Esperança atua em diversos pontos, dentro do município de Santa Maria, com a realização mensal nas praças Saldanha Marinho e Saturnino de Brito, bem como fora do município, permitindo a comercialização de produtos sustentáveis e de qualidade, o que é denominado Teia da Esperança, situação em que os feirantes entrevistados atuam de maneira itinerante.

Em 2012, através do Projeto de Lei Nº 171/2012, da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, a FEICOOOP foi incluída no calendário oficial de eventos do estado, cuja justificativa (p. 2), o deputado Valdeci Oliveira (PT) recorda a 1ª FEICOOOP, ocorrida em 1994:

Para aquele início foi o máximo que poderia acontecer em Santa Maria, com esta temática. Não havia experiência similar. Houve Feiras livres, Feiras de Produtores individuais, mas não havia Feiras de trabalhadores/as organizados na Economia Solidária, e no Cooperativismo Auto gestorário, nos moldes de Economia Solidária.

A partir de 2019, a Lei Municipal Nº 6424, “inclui no calendário oficial do município de Santa Maria o evento Feirão Colonial”. Juntamente, as duas leis garantem um

status de legitimidade e reconhecimento da importância e influência desses dois eventos, nas dinâmicas socioeconômicas e políticas e no desenvolvimento solidário e sustentável.

Na mesma medida em que o Estado reconhece a relevância desses eventos, os mesmos também possuem relevância no interior da comunidade, a qual encontra, desde 1989, uma alternativa consumidora de comércio justo, solidário e sustentável. E enquanto trabalhadores, têm uma alternativa na Geração de Trabalho e Renda, sob valores democráticos, solidários e sustentáveis.

Sabe-se que, ainda que a Economia Popular e Solidária se apresente como uma alternativa material para a Geração de Trabalho e Renda e crie, no interior da estrutura capitalista, um arranjo novo de relações de trabalho, mesmo assim continua inserida dentro de uma estrutura econômica regida pela burguesia, o mais importante, e foco desta monografia, é avaliar o trabalho e a renda na perspectiva dos trabalhadores inseridos no Projeto Esperança, percebendo que existem necessidades imediatas que conseguem ser supridas, ao se oferecer formas de associação, produção, comercialização e inserção social alternativas à lógica de exploração capitalista.

E que, na vida de cada um desses indivíduos entrevistados, a Economia Solidária abriu um novo horizonte de possibilidades.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Flamarion Dutra; SILVEIRA, Vicente Celestino P. Evolução das desigualdades regionais no Rio Grande do Sul: espaço agrário, imigração e estrutura fundiária. **Caminhos da Geografia**, v. 9, n. 26, p. 1-15. Uberlândia, 2008. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15806/8933>. Acesso em: 31 jan. de 2023.
- BALBINOT, Edegar. **Particularidades Inerentes ao modelo de gestão de um empreendimento de Economia Solidária**: um estudo de caso. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, UFSM, Santa Maria, 2007.
- BARROS, José D. Assunção. Sobre a feitura da micro-história. **Opsis**, v. 7, n. 9, p. 167-186, 2007. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/index.php/Opsis/article/view/9336>. Acesso em: 8 jan. de 2023.
- BERTUCCI, Ademir de Andrade; SILVA, Roberto Marinho Alves da (Orgs.). **20 anos de Economia Popular Solidária**: Trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS. Brasília. Cáritas Brasileira, 2003.
- BUZATTI, Alan Patrik. **A Economia Popular Solidária Frente às Transformações Contemporâneas no Mundo do Trabalho**. 2007. 121f. Dissertação, Mestrado em Integração Latino-americana. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/9748>. Acesso em: 3 mai de 2022.
- CAMINHOS 2030**: Relatório Planejamento Regional COREDE Central. Relatório Final 2009-2010. Governo do estado. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/forumdemocratico/LinkClick.aspx?fileticket=EgmlCuxQt1l%3D&tabid=5363&mid=7972>. Acesso em: 9 jan. de 2023.
- CASSOL, Kelly Perlin; WIZNIEWSKY, Carmen Rejane Flores. Projeto Esperança/Coesperança, Santa Maria, RS: o caso dos agricultores associados. **Geografia Ensino & Pesquisa**, p. 27-40. Santa Maria, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/index.php/geografia/article/view/8737>. Acesso em: 3 mai. de 2022.
- CORAGGIO, José Luis. **Política Social y Economía del Trabajo: alternativas a la política neoliberal para la ciudad**. Editorial Abya Yala, 2000. Disponível em: https://coraggioeconomia.org/jlc/archivos%20para%20descargar/Políticasocial_yEdT.pdf. Acesso em: 3 jan. de 2023.
- CORNELIAN, Anderson Ricardo. **A concepção de economia solidária em Paul Singer**: descompassos, contradições e perspectivas. 2006. 99 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, 2006. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/99005>>. Acesso em: 29 jun. de 2023.
- COSTA, Bianca A. Lima; JESUS, Paulo de. A economia solidária no Brasil: Uma trajetória de conformação enquanto movimento social? **Revista Mundo do Trabalho**

Contemporâneo, v. 2.2, 2017. São Paulo, p. 241-264. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/mtc/article/view/7192>. Acesso em: 8 ago. de 2023.

DELLA VECHIA, Renato; TILMANN, Reinaldo; NUNES, Tiago Nunes; CRUZ, Antônio. A rede de ITCPs: passado, presente e alguns desafios para o futuro. **Diálogo**, n. 18, jan-jun 2011. Canoas, p. 115-144. Disponível em: <<https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Dialogo/article/view/107>>. Acesso em: 14 ago. 2023.

DIEESE. Observatório Nacional da Economia Solidária e do Cooperativismo. Disponível em: <https://ecosol.dieese.org.br/> Acesso em: 10 jan. 2023.

GAIGER, Luiz Inácio. Empreendimentos Econômicos Solidários. In: HESPANHA, Pedro et al (orgs). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Editora Alamedina, Coimbra, 2009. Disponível em: <https://financassolidarias.files.wordpress.com/2012/09/dicionario-internacional-da-outra-economia1.pdf>. Acesso em: 21 out. de 2022.

GAIGER, Luiz Inácio. **A Economia Solidária e o Mundo do Trabalho: quatro teses a partir de dados nacionais**. In: 40º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu. Minas Gerais, 2016. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro/st-10/st34-3/10500-a-economia-solidaria-e-o-mundo-do-trabalho-quatro-teses-a-partir-de-dados-nacionais/file>.

GOERCK, Caroline. Economia popular solidária: no processo de reestruturação produtiva brasileira. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), 4(1), 1-20, 2005. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/1001>. Acesso em: 28 jan. de 2023.

GÖRGEN, Sérgio Antonio, Frei. **Trincheiras da resistência camponesa: o pacto de poder do agronegócio**. Candiota-RS: Instituto Cultural Padre Josimo, 2017, p. 47.

Governo do Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. **Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul**. 5ª ed. Porto Alegre, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Planejamento Governamental. Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://planejamento.rs.gov.br/atlasdors>. Acesso em: 9 jan. 2023.

HESPANHA, Pedro. Economia Solidária de Raiz Popular: A Fase Adulta de uma Metamorfose? In: HESPANHA, Pedro; SANTOS, Aline Mendonça dos (Orgs). **Economia Solidária: questões teóricas e epistemológicas**. Coimbra: Edições Almedinas. Coimbra, 2011. p. 205-237.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/acervo#/S/CA/A/Q>. Acesso em: 10 jan. de 2023.

ICAZA, Ana Mercedes; FREITAS, Marcelo Ribeiro (Orgs.). **O Projeto Esperança/COOESPERANÇA e a construção da Economia Solidária no Brasil: relato de uma experiência**. Porto Alegre: Cáritas Brasileira, 2006.

_____; TIRIBA, Lia. Economia Popular. Pág. 150 - 155. In: HESPANHA, Pedro et al. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. 2009.

Instituto Paul Singer. Site do Instituto Paul Singer, 2022. Disponível em: <<https://institutopaulsinger.org.br/o-instituto/parceiros/>>. Acesso em: 22 nov. de 2022.

IPLAN (Região central do Rio Grande do Sul). IPLAN. **Localidade dos expositores entrevistados no Projeto Esperança/COOESPERANÇA**. Santa Maria: [s. n.], 2023. Mapa.

LAVILLE, Jean Louis; GAIGER, Luiz Inácio. Economia Solidária. In: HESPANHA, Pedro et al (orgs). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Editora Alamedina, Coimbra, 2009. Disponível em: <https://financassolidarias.files.wordpress.com/2012/09/dicionario-internacional-da-outra-economia1.pdf>. Acesso em: 21 out. de 2022.

LECHAT, Noëlle Marrie Paule. As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil. **I Seminário de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares**. UNICAMP, 2002. Disponível em: https://base.socioeco.org/docs/raizes_histor.pdf. Acesso em: 22 jul. de 2023.

MELO, Nildo Aparecido de. **Economia Solidária e mundo do trabalho: possibilidades, limitações e contradições para o processo de desenvolvimento econômico**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/126217>>. Acesso em: 10 jun. de 2023.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. O Campo Brasileiro no Final dos anos 1980. In: STÉDILE, João Pedro (orgs.). **A Questão Agrária no Brasil: o debate na década de 1990**. 1ªed. São Paulo, 2013. Disponível em: <https://mst.org.br/download/a-questao-agraria-no-brasil-vol-6-o-debate-na-decada-de-1990/>. Acesso em: 10 jun. de 2022.

OSÓRIO, Helen. Apropriação da terra na fronteira meridional da América portuguesa : direitos e formas de acesso. **Congresso Internacional de Historia Agraria: Sociedad Española de Historia Agraria**. Badajoz, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/158285>. Acesso em: 30 jan. de 2023.

PAULI, Rita Inês; BECKER, Kalinca Léia; ROSA, Bibiana. Manifestações Concretas da Economia Solidária: O Caso do Projeto Esperança/COOESPERANÇA de Santa Maria - RS. **Revista da ABET**, v. 16, n. 2, jul./dez. 2017, p. 140-158. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/abet/article/view/37803/19133>. Acesso em: 22 jul. de 2023.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **A formação da Agricultura Familiar no país da grande lavoura: as mãos que alimentam a nação**. Curitiba: Appris, 2022.

PICOLOTTO, Vanessa Lazzaretti. **A Agricultura Familiar e geração de novidades no contexto da Pandemia da Covid-19: o Feirão Colonial de Santa Maria-RS**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, UFSM., Santa Maria, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/24287>. Acesso em: 20 dez. de 2022.

SANTA MARIA. **Lei Municipal nº 6.424, de 29 de novembro de 2019, Inclui no Calendário Oficial do Município de Santa Maria o evento Feirão Colonial**. Câmara de Vereadores de Santa Maria, novembro de 2019.

RIO GRANDE DO SUL (estado). **Projeto de Lei nº 171 de agosto de 2012, Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Rio Grande do Sul, a “FEICOOP - Feira Estadual do Cooperativismo” no Município de Santa Maria.** Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012

_____. **Introdução à Economia Solidária.** 1ªed. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo. 2002. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Introducao-economia-solidaria-WEB-1.pdf>. Acesso em: 5 mai. de 2023.

SINGER, Paul. Políticas públicas da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego. **Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise**, n. 39, maio, p. 43-48. Brasília, 2009. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4788>. Acesso em: 1 fev. de 2023.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade.** V.11, n.2. Estudos sociedade e agricultura, 2003. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/238/234>. Acesso em: 31 jan. de 2003.

Bibliografia Consultada

ÁVILA, ANA. Especial FSM – 2001: O ano em que o Sul descobriu que um mundo novo era possível. **SUL21**, Porto Alegre, 30 out. 2015. Disponível em: <<https://sul21.com.br/breaking-newsultimas-noticiasgeral/2015/10/especial-fsm-2001-o-ano-em-que-o-sul-descobriu-que-um-mundo-novo-era-possivel/>>. Acesso em: 14 ago. de 2022.

BANCO DA PROVIDÊNCIA. Site do Banco da Providência, 2023. Organização social sem fins lucrativos. Disponível em: <https://www.bancodaprovidencia.org.br/quemsomos/>. Acesso em: 27 jan. de 2023.

BARROS, José D’assunção. **O projeto de pesquisa em história:** da escolha do tema ao quadro teórico. Editora Vozes, Petrópolis 2017.

BITTENCOURT, Zelir Terezinha; DE OLIVEIRA, Kellen Gomes; PEDÓ, Jane Cláudia Jardim. Economia popular solidária: uma experiência de inclusão na Cooesperança, Santa Maria, RS. **Disciplinarum Scientia Ciências Humanas**, v. 8, n. 1, p. 141-150, 2007.

BRASIL. **Decreto nº 1946 de junho de 1996, Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências.** Brasília, 1996

CADONÁ, Luís Alberto; VELA, Hugo. Os pequenos produtores familiares e a cooperação agrícola. **Extensão Rural**, (2), 79–110, 1994. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/6372>. Acesso em: 18 nov. de 2022.

CASSOL, Kelly Perlin *et al.* Cooperativa COOESPERANÇA/Projeto Esperança, Santa Maria, RS: Uma estratégia de permanência no meio rural. In: **XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Uberlândia. MG, 2012.

NEUMANN, Pedro S.; SILVEIRA, Paulo R. da. A capacidade de reprodução de agricultores familiares na região de Santa Maria/rs. In: **Anais do Congresso Mundial de Sociologia Rural**. Rio de Janeiro, 2000.

RAMOS, Schirlei Stock. O Fórum Mundial e a Feira Mundial de Economia Solidária: Da caridade libertadora para a política pública no Brasil – A história e as contribuições do Projeto Esperança/Cooesperança-Santa Maria-RS-Brasil. **Revista das ITCPs**, vol. 1, n. 1. Pelotas, 2021.

Entrevistas

Entrevistado 1 – Begair do Carmo. 17 dez. de 2022.

Entrevistado 2 – Edegar Estefanelo. 7 jan. de 2023.

Entrevistado 3 – Inês Torri. 7 jan. de 2023.

Entrevistado 4 – Lucas Somavila. 21 jan. de 2023.

Entrevistado 5 – Robson Giacomini. 21 jan. de 2023.

Entrevistado 6 – João Conrad. 28 jan. de 2023.